34º SIMULADO OAB 2016.1

8 DE ABRIL DE 2016

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 8/abr e extinguir-se-á às 13hs do dia 11/abr. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 13/abr.
13. O resultado oficial será enviado por e-mail até às 18hs do dia 13/abr.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 8/abr | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 8/abr | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 11/abr | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 13/abr | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 13/abr | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Na forma do que dispõe a Lei 9.784/1999:**

(A) todos os atos inválidos são nulos.

(B) em regra o poder judiciário pode revogar os atos administrativos vinculados.

(C) não é possível que a anulação dos atos opere efeitos retroativos.

(D) os atos anuláveis, com vícios sanáveis, podem ser convalidados.

**2. De acordo com as regras apresentadas sobre a organização administrativa, assinale a alternativa incorreta.**

(A) As empresas estatais são criadas por autorização em lei.

(B) As empresas estatais só podem desempenhar atividade econômica.

(C) Os órgãos administrativos em regra são criados por lei, num processo chamado de descentralização.

(D) As autarquias são criadas por lei específica.

**3. Sobre regras previstas na Lei 8.666/1993 e suas alterações:**

(A) um dos objetivos da licitação é o desenvolvimento nacional sustentável.

(B) em qualquer hipótese é vedado privilégio as empresas, micro empresas e as empresas de pequeno porte.

(C) o princípio do sigilo, impõe que o envelope contendo as propostas seja apresentado lacrado e permaneça lacrado até o dia do seu julgamento, sob pena de crime.

(D) os serviços de publicidade podem ser contratados por licitação inexigível.

**4. Sobre as regras dos contratos administrativos previstas na Lei 8.666/1993:**

(A) todos os contratos podem ser verbais.

(B) os contratos administrativos em regra são de prazo indeterminado.

(C) nos contratos administrativos em regra é possível a aplicação da exceção do contrato não cumprido.

(D) a anulação dos contratos em regra não gera o dever de indenização para a Administração.

**5. Sobre as regras referente a prestação de serviços públicos:**

(A) a tarifa dos serviços públicos deve ser módica.

(B) a concessão de serviços públicos é um ato administrativo unilateral.

(C) a permissão de serviço público pode ser licitada.

(D) o contrato de concessão de serviço público pode ser por prazo indeterminado.

**6. Sobre a improbidade administrativa e seu procedimento:**

(A) a ação de improbidade é de legitimidade exclusiva das procuradorias e órgãos de defesa.

(B) a ação de improbidade é de legitimidade exclusiva do Ministério Público.

(C) a regra que vedava o acordo, a conciliação e transação nas ações de improbidade foi revogada.

(D) a ação civil pública de improbidade prescreve em 3 (três) anos.

**7. Sobre as regras específicas na Lei 12.846/2013:**

(A) o acordo de leniência não alcança as ações de improbidade.

(B) a responsabilidade da pessoa jurídica por ato de corrupção é subjetiva.

(C) o acordo de leniência pode extinguir o ressarcimento integral do dano ao erário.

(D) o acordo de leniência é celebrado pela autoridade administrativa.

**8. Sobre os bens públicos:**

(A) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

(B) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis.

(C) os bens públicos dominicais não podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(D) os bens públicos, desde que desafetados, estão sujeitos a usucapião.

**9. Sobre as regras específicas sobre o tombamento, marque a alternativa incorreta.**

(A) É uma regra limitadora de intervenção do estado na propriedade.

(B) O bem móvel pode ser tombado.

(C) O bem tombado pode ser penhorado.

(D) O bem tombado pode ser vendido de forma livre.

**10. Sobre as regras específicas sobre a desapropriação:**

(A) a desapropriação por interesse social, em regra não deve ser indenizada.

(B) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana, deve ser indenizada em dinheiro.

(C) os bens públicos não podem ser desapropriados.

(D) no procedimento de desapropriação cabe imissão provisória na posse.

**Constitucional**

**11. Ao julgar determinada demanda em grau recursal, um Tribunal de Justiça proferiu acórdão que contrariou um enunciado de súmula vinculante. Neste caso, se presentes os requisitos legais, o acórdão poderá ser objeto de:**

(A) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de recurso ao Tribunal competente.

(B) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de pedido de providências junto ao Conselho Nacional de Justiça, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.

(C) reclamação constitucional, perante o Superior Tribunal de Justiça, bem como de recurso ao Tribunal competente.

(D) pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça e de recurso ao Tribunal competente, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.

**12. A Emenda Constitucional 88/2015, conhecida como “PEC da Bengala”, que prevê que os servidores públicos em geral, com exceção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União, serão aposentados “compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar”, é classificado pela doutrina como norma constitucional de:**

(A) eficácia limitada.

(B) eficácia plena.

(C) eficácia contida.

(D) conteúdo programático.

**13. Em relação ao direito de propriedade, a Constituição Federal em seu art. 5o,**

(A) proscreveu o uso da propriedade particular pelo Poder Público de modo absoluto.

(B) limita a função social da propriedade à pequena propriedade rural, impedindo sua desapropriação.

(C) assegura simultaneamente o direito à propriedade e que esta cumprirá sua função social.

(D) não aplica o conceito de propriedade a outra que não seja a propriedade de bens imóveis, os únicos que devem atender à sua função social.

**14. As vedações constitucionais expressas impostas simultaneamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios alcançam:**

(A) a proibição de desapropriação de bens imóveis entre si; a de legislar concorrentemente sobre qualquer tema; ao direito de secessão.

(B) a de obrigatória simetria entre os entes; a de adoção de regime unicameral parlamentar; a de limitação de uso das forças armadas.

(C) a proibição de órgão de controle externo da Administração; a não intervenção sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público; autonomia orçamentária.

(D) o conceito de Estado laico; a proibição de recusa de fé em documentos públicos e a proibição de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

**15. A suspensão do exercício das funções de Presidente da República dar-se-á nas infrações penais comuns:**

(A) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, apenas após o julgamento do processo pelo Senado Federal.

(B) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Senado Federal.

(D) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

**16. NÃO serão objetos de delegação, para efeito de processo legislativo, dentre outros:**

(A) os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

(B) as leis relacionadas à nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais; matéria relacionada a direito tributário, financeiro e atividades policiais.

(C) as leis de organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; matéria relacionada a direito ambiental e do consumidor.

(D) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos; carreiras de Estado e serviço público em geral.

**17. Sobre os órgãos que exercem as chamadas funções essenciais da Justiça é INCORRETO afirmar:**

(A) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

(B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

(C) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

(D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

**18. Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de:**

(A) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

(B) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

(C) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

(D) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

**19. É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito:**

(A) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.

(B) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.

(C) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.

(D) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.

**20. Nos termos estabelecidos pela Constituição federal NÃO é atribuição constitucional do Tribunal de Contas da União:**

(A) julgar as contas do Presidente da República.

(B) julgar as contas as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

(C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

(D) apreciar, em regra, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta.

**Deontologia**

**21. Em relação à organização e ao funcionamento da OAB, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto dos Advogados.**

(A) Em razão da personalidade jurídica própria da Caixa de Assistência dos Advogados, contra ato de sua diretoria não cabe recurso ao respectivo Conselho Seccional.

(B) Uma subseção da OAB tem diretoria eleita, mas não pode ter conselho de subseção.

(C) O conselho federal é competente para a criação de subseções com mais de 5 mil advogados.

(D) Os conselheiros federais de São Paulo, quando presentes às sessões de seu respectivo conselho seccional, têm direito a voz, mas não podem votar nessas sessões.

**22. José da Silva foi denunciado pela prática de homicídio. Para defendê-lo, foi contratado o advogado Antônio Macedo, respeitável criminalista da cidade e, por coincidência, inimigo do de cujus. O denunciado confessou o crime no escritório de seu patrono, ocasião em que estavam presentes a esposa e os pais do réu. Durante o julgamento, porém, o réu, ao ser interrogado perante o juiz e os jurados, afirmou ter sido o advogado Antônio Macedo o verdadeiro autor do crime.**

**Diante dos fatos acima narrados, assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Advogados.**

(A) O advogado deverá substabelecer o mandato outorgado com reservas de iguais poderes a outro patrono.

(B) O advogado poderá revelar as confidências feitas em seu escritório desde que autorizado pelo réu.

(C) O sigilo profissional impede o advogado de revelar a confissão do cliente, cabendo à esposa e aos pais do réu desmentir a acusação ocorrida no interrogatório.

(D) O advogado, nesse caso, pode revelar o segredo a ele confiado, visto que ele, vendo-se afrontado pelo próprio cliente, tem de agir em defesa própria.

**23. Em relação aos honorários advocatícios tratados no Código de Ética e Disciplina dos Advogados, assinale a opção correta.**

(A) O recebimento de honorários de sucumbência exclui o pagamento dos honorários contratuais.

(B) O advogado não pode levar em consideração a condição econômica do cliente para fixação dos honorários advocatícios.

(C) Na hipótese de adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia.

(D) Há expressa vedação a que o advogado tenha participação no patrimônio particular de clientes comprovadamente sem condições pecuniárias de pagá-lo.

**24. Em relação à atividade do advogado, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.**

(A) A diretoria de empresa privada de advocacia pode ser exercida por quem não se encontre regularmente inscrito na OAB.

(B) O advogado da Caixa Econômica Federal é considerado advogado público pelo Regulamento Geral da OAB.

(C) Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.

(D) A prática de atos privativos de advogado por terceiros não inscritos na OAB é permitida desde que autorizada por dois terços dos integrantes do Conselho Federal da OAB.

**25. Em relação ao Conselho Federal da OAB, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.**

(A) Na hipótese de renúncia de conselheiro federal de um estado da Federação, cabe ao Conselho Federal, na inexistência de suplente, eleger outro que o substitua.

(B) O voto da delegação de conselheiros federais de um estado da Federação é o de sua maioria.

(C) Os ex-presidentes do Conselho Federal não têm direito a voto nas sessões desse conselho.

(D) Para a edição de provimentos, exige-se o quórum de maioria absoluta dos conselheiros federais.

**26. Em 5/2/2007, José Silva, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O Diário de Justiça de 8/2/2007 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir.**

**Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.**

(A) José Silva deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.

(B) José Silva deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.

(C) O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.

(D) O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.

**27. À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção certa.**

(A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

(B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

(C) É direito do advogado ter vista dos autos arquivados por 10 dias, mesmo sem procuração.

(D) É direito do advogado, em qualquer hipótese, não ser preso em flagrante.

**28. Sobre as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, marque a assertiva correta.**

(A) A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina da OAB é punível com a suspensão do exercício profissional por até 90 dias.

(B) O abandono de causa, sem justo motivo, é punível, em regra, com censura.

(C) Os oficiais do Exército podem exercer a advocacia em causas que não envolvam a União.

(D) O presidente de assembleia legislativa não é incompatível de exercer a advocacia.

**29. No que se refere à organização da OAB, assinale a opção correta.**

(A) As caixas de assistência dos advogados têm por objetivo organizar os seguros de saúde dos inscritos na OAB e seus familiares, mas não podem promover sua seguridade social complementar.

(B) A área da subseção do conselho seccional limita-se à do município em que estiver situada.

(C) O presidente do Conselho Federal não precisa ser conselheiro federal eleito.

(D) O presidente do instituto dos advogados estadual é membro honorário e tem direito a voz e voto nas reuniões da seccional, pois o instituto é órgão da OAB.

**30. Com relação aos direitos dos advogados, marque a alternativa correta conforme a Lei 8.906/94 e o entendimento do STF.**

(A) A imunidade profissional do advogado pelas manifestações em juízo não alcança o crime de calúnia.

(B) O advogado não pode recusar-se a depor como testemunha em processo em que tenha atuado, na medida em que ele sempre presta serviço público e exerce função social na administração da justiça.

(C) É facultada aos advogados a consulta de autos de processos findos em cartório, mas a retirada para a extração de cópias ou estudo no escritório é condicionada à existência de procuração para o advogado que for retirá-los.

(D) O advogado somente pode postular em juízo mediante a apresentação de procuração outorgada pelo cliente.

**Direito e Processo Penal**

**31. Com relação às infrações de menor potencial ofensivo, seu processo e julgamento, é correto afirmar que:**

(A) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas de natureza grave.

(B) a citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por edital.

(C) a competência do Juizado será determinada pelo lugar de residência do réu.

(D) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

**32. Nos termos do art. 257 do CPP cabe, ao Ministério Público,**

**I. Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida no CPP.**

**II. Buscar a condenação dos indiciados em inquérito policial.**

**III. Fiscalizar a execução da lei.**

**É correto o que se afirma em:**

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, II e III.

**33. Nos crimes .........................., o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado ......................... , presentes os demais requisitos que autorizariam ............................................... .**

**Assinale a alternativa cujas expressões completam, correta e respectivamente, o art. 89 da Lei n.º 9.099/95.**

(A) de menor potencial ofensivo … não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime … a suspensão condicional da pena.

(B) em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei … não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime … a suspensão condicional da pena.

(C) de menor potencial ofensivo … seja primário … a substituição da pena privativa de liberdade.

(D) em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei ...seja primário ... a suspensão condicional da pena.

**34. Qual o recurso cabível contra a decisão do juiz que homologa a transação penal?**

(A) *Habeas corpus*

(B) Apelação

(C) Recurso em Sentido Estrito

(D) Agravo de instrumento

**35. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:**

**I. O fato narrado evidentemente não constituir crime.**

**II. O réu estiver foragido.**

**III. Já estiver extinta a punibilidade pela prescrição ou outra causa.**

**Está correto apenas o contido em:**

(A) I

(B) II

(C) III

(D) I e III

**36. Segundo o Estatuto do Desarmamento, para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:**

**I. Comprovação de idoneidade.**

**II. Apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.**

**III. Comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**37. Um funcionário da Farmácia Vida Boa é o responsável pelo pagamento das contas da sociedade empresarial junto ao estabelecimento financeiro. Em determinada data, quando levava R$ 2.000,00 ao Banco para depósito a pedido do gerente da sociedade, decide, no caminho, ficar com R$ 1.000,00 para si e apenas depositar na conta os outros R$ 1.000,00. Não falsifica, porém, qualquer comprovante de depósito, mas simplesmente não o entrega ao responsável. Considerando a situação narrada, a conduta do funcionário configura:**

(A) apenas ilícito civil, sendo penalmente atípica.

(B) crime de furto.

(C) crime de apropriação indébita.

(D) crime de receptação.

**38. O crime de peculato está disciplinado no art. 312 do Código Penal. Visa proteger, dentre outros bens jurídicos, a moralidade administrativa e o patrimônio. Sobre tal delito, é correto afirmar que:**

(A) por ser crime classificado pela doutrina como crime próprio, em hipótese alguma poderá o particular não funcionário público por ele responder.

(B) exige que a subtração/desvio/apropriação seja de valor, não havendo tipicidade quando for de bem móvel.

(C) o Código Penal não criminaliza sua modalidade culposa.

(D) exige que a posse de eventual valor subtraído decorra do cargo, emprego ou função ou ao menos que haja facilidade decorrente da posição de funcionário público.

**39. Visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi promulgada a Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. O diploma legal, com o objetivo de conferir tratamento mais rigoroso aos autores de crimes praticados nessa situação, trouxe um procedimento processual penal com algumas peculiaridades. Sobre esse procedimento, de acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:**

(A) a ação penal do crime de lesão corporal leve praticado no âmbito desta lei será pública incondicionada.

(B) poderá eventual pena privativa de liberdade ser substituída por restritiva de direito de pagamento de cesta básica.

(C) caberá retratação perante a autoridade policial da representação já ofertada.

(D) preenchidos os requisitos legais, cabe oferecimento de proposta de transação penal.

**40. Com relação ao sujeito ativo do crime, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Crime comum é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa.

(B) Crime próprio é aquele que exige do sujeito ativo uma qualidade especial.

(C) Crime de mão própria é aquele que só pode ser praticado diretamente pelo sujeito ativo, não admitindo sequer a coautoria ou a participação.

(D) Pessoa jurídica pode, excepcionalmente, ser sujeito ativo de um crime.

**Empresarial**

**41. Assinale a alternativa INCORRETA.**

**No referente aos efeitos da falência sobre os contratos da falida, pode-se concluir:**

(A) Não é admitida, nos contratos firmados com sociedade empresária, previsão expressa autorizando sua rescisão no caso de falência de um dos contratantes.

(B) Os contratos bilaterais cujo cumprimento já foi iniciado por uma das partes não podem ser rescindidos em razão da falência de uma das partes.

(C) Os contratos bilaterais da falida podem, mesmo sem autorização do juízo, ser cumpridos pelo administrador judicial, se tal cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida.

(D) A falência não provoca, de regra, a rescisão dos contratos bilaterais da falida.

**42. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Na recuperação judicial a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores.

(B) O juiz, de ofício, poderá determinar a destituição do administrador judicial quando verificar omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros.

(C) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, causas trabalhistas e fiscais.

(D) O juiz que adquirir bens de massa falida ou de devedor em recuperação judicial, ou, em relação a estes, entrar em alguma especulação de lucro, quando tenham atuado nos respectivos processos, comete crime de violação de impedimento.

**43. Lauro emitiu uma nota promissória com vencimento a dia certo em favor da sociedade empresária W Corretora de Imóveis Ltda. Embora o título esteja assinado pelo emitente, nele não constam a data e o lugar de emissão. Há cláusula de juros remuneratórios, com fixação de taxa anual de 12%. Antes do vencimento, o título recebeu aval em branco prestado por Pedro, irmão de Lauro. Sendo certo que os dados omitidos na nota promissória não foram preenchidos pela sociedade empresária antes da cobrança judicial, assinale a afirmativa correta.**

(A) Por se tratar de nota promissória com vencimento a dia certo, é válida a cláusula de juros remuneratórios.

(B) O avalista em branco da nota promissória só pode ser acionado para pagar o título após o protesto por falta de pagamento do emitente.

(C) A ausência do lugar de emissão na nota promissória acarreta sua nulidade, em razão da autonomia das obrigações cambiais.

(D) O prazo prescricional da ação de locupletamento com base numa nota promissória é de três anos a contar do termo final do prazo prescricional da ação cambial.

**44. Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.**

(A) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe interessarem. Após exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

(B) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

(C) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.

(D) A diminuição do valor do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.

**45. Almino José consultou seu advogado com o intuito de constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.**

**Com base na legislação aplicável à EIRELI, assinale a opção que apresenta a resposta correta dada pelo advogado.**

(A) O administrador da EIRELI deverá ser nomeado no ato constitutivo e será apenas o sócio, seu cônjuge ou parente até o 3º grau dessas pessoas.

(B) O ato constitutivo da EIRELI deverá ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente do objeto.

(C) As deliberações infringentes da lei que Almino José vier a tomar acarretarão sua responsabilidade ilimitada pelas obrigações da pessoa jurídica.

(D) Caso a receita bruta anual da EIRELI seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), será possível enquadrá-la como microempreendedor individual (MEI).

**Direito e Processo Civil**

**46. Lucas mantém relação de união estável com sua companheira Bruna desde o ano de 2010. Não tiveram filhos comuns. Em março de 2016, Bruna, que já possuía três filhos (Alan, Marcelo e Mateus), de 10, 15 e 16 anos de idade, oriundos de um relacionamento amoroso anterior, faleceu. Não há testamento. Neste caso, Lucas, na condição de companheiro sobrevivente, participará legitimamente da sucessão de Bruna quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável e terá direito a:**

(A) metade do que couber a cada um dos filhos de Bruna.

(B) uma cota equivalente à que por lei for atribuída aos filhos de Bruna.

(C) 1/3 da herança.

(D) metade da herança mais 1/4 da outra parte, juntamente com os filhos de Bruna.

**47. Zika e Dengue, criminosos condenados, perigosos, fugiram de uma penitenciária estadual e roubaram a residência de uma família, acarretando danos materiais e morais. Acionado judicialmente, o Estado deixou de ser condenado, em primeiro grau, a indenizar a família, pois o dano não teria decorrido direta e imediatamente de ação ou omissão estatal. Diante do caso apresentado, assinale a opção correta.**

(A) A teoria sobre o nexo de causalidade que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da equivalência das causas.

(B) A responsabilidade civil do Estado, no caso, decorre da incidência do CDC sobre as relações entre o poder público e o administrado.

(C) A teoria sobre o nexo de causalidade que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da interrupção do nexo de causalidade.

(D) Na hipótese de responsabilidade civil objetiva, como a descrita na questão, pouco importa se a vítima do ato danoso agiu culposamente e concorreu para a sua ocorrência, uma vez que não se exige, no caso, comprovação de culpa para a imposição do dever de indenizar.

**48. Considerando as regras do direito civil brasileiro, assinale a opção CORRETA.**

(A) De acordo com a lei brasileira, o itinerante tem como domicílio presumido o local de moradia de seus pais ou de seu curador ou tutor.

(B) O Código Civil não admite a doação feita ao nascituro, apesar de lhe assegurar o status de pessoa humana.

(C) Como o Código Civil exige o nascimento com vida para a aquisição da personalidade civil, o nascituro não tem direito a indenização por danos morais pela morte do pai.

(D) O efeito repristinatório não é automático. Apenas excepcionalmente a lei revogada voltará a viger quando a lei revogadora for declarada inconstitucional ou quando for concedida a suspensão cautelar da eficácia da norma impugnada.

**49. O negócio jurídico eivado de erro de direito é:**

(A) anulável, mas não pode ser confirmado pelas partes, nem convalesce pelo decurso do tempo.

(B) apenas ineficaz, podendo ser aproveitado se decorrente de transação homologada por sentença.

(C) anulável, mas não se anula a transação por erro de direito acerca das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.

(D) nulo, mas pode ser confirmado pelas partes, e convalesce pelo decurso do tempo.

**50. Breno, pretendendo vender um veículo automotor do patrimônio pessoal, outorga procuração, por instrumento público, a Vinicius, para fazê-lo em seu lugar. Vinicius, como mandatário, substabelece os poderes recebidos por instrumento particular a sua irmã, que por sua vez vende o carro a seu pai, por meio de contrato em que houve a declaração de sua quitação do preço, porém Breno nada recebeu, ficando evidente que não houve nenhum pagamento. Diante dos fatos narrados, é correto dizer que:**

(A) a declaração de quitação do contrato assinado presume-se verdadeira em relação aos signatários, desse modo, Breno não poderá cobrar o valor da transação.

(B) a declaração de quitação, por ser enunciativa, não exime Vinicius de comprovar sua veracidade, desse modo, deverá prestar contas do mandato a Breno.

(C) os efeitos do negócio, transferência da propriedade, em relação a terceiros de boa-fé, como é o caso do pai de Vinicius, só se opera com a transferência do documento do veículo.

(D) o instrumento de substabelecimento de mandato não tem validade, visto que outorgado o mandato por instrumento público, esta deveria ter sido a forma do substabelecimento, sendo a venda inválida.

**51. Bruno firmou contrato de locação residencial com Thiago pelo prazo de trinta meses. André e Marcia, genitores de Thiago, são os fiadores. Findo o prazo estabelecido em contrato Thiago desocupou o imóvel, mas deixou de pagar os últimos três alugueres e demais encargos locatícios. Bruno resolve ajuizar ação de cobrança contra André e Marcia. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, André e Marcia:**

(A) poderão proceder ao chamamento ao processo do devedor principal, Thiago.

(B) poderão nomear à autoria o devedor principal, Thiago.

(C) deverão denunciar a lide ao devedor principal, Thiago.

(D) deverão apresentar oposição contra o devedor principal, Thiago.

**52. Luan ajuizou ação de cobrança, pelo procedimento comum, contra Pedro e Fernanda, objetivando o recebimento da quantia de R$ 100.000,00 em decorrência de um contrato de prestação de serviços. Pedro e Fernanda são devidamente citados e constituem advogados diferentes, de escritórios de advocacia distintos. Neste caso, o prazo para apresentação de contestação e de reconvenção, em autos físicos, será de:**

(A) 15 e 30 dias, respectivamente.

(B) 30 e 15 dias, respectivamente.

(C) 15 dias.

(D) 30 dias.

**53. Verificada a existência de coisa julgada, o julgador:**

(A) resolverá o mérito, não podendo o autor intentar novamente a ação.

(B) resolverá o mérito, podendo o autor intentar novamente a ação.

(C) não resolverá o mérito.

(D) não resolverá o mérito, podendo o autor intentar novamente a ação, até que o mérito seja examinado.

**54. Samira emprestou R$ 50.000,00 para Manuela, pessoa maior e capaz. Esta, porém, não devolveu o dinheiro na data pactuada. Em razão do inadimplemento, Samira ajuizou ação contra a mãe de Manuela, Luciana, que possui melhores condições financeiras que a filha. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá:**

(A) aguardar a resposta de Luciana e extinguir o processo sem resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(B) aguardar a resposta de Luciana e extinguir o processo com resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(C) corrigir, de ofício, o polo passivo, incluindo a Manuela, que responderá junto com Luciana pela dívida contraída.

(D) indeferir a petição inicial e extinguir o processo sem resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.

**55. Se o réu for revel,**

(A) o autor não poderá alterar o pedido, salvo promovendo nova intimação/citação do réu, que poderá responder no prazo mínimo de 15 dias.

(B) o autor poderá alterar o pedido independentemente de nova citação réu.

(C) serão aplicados os efeitos da revelia inclusive a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.

(D) os prazos correrão independentemente de intimação, não podendo o revel intervir no processo.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Roberta, empregada do Banco LegoLego S/A, ficou grávida no primeiro mês do curso de seu contrato de experiência pactuado por 90 dias, e, apresentou ao empregador o atestado médico e o exame de ultrassom confirmando o fato. Nesse caso, Roberta terá garantia provisória de emprego:**

(A) Durante o prazo de 120 dias após o parto.

(B) Somente durante os noventa dias do contrato de experiência.

(C) Desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

(D) Desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

**57. Adelaide trabalhada como cuidadora de uma idosa no âmbito residencial, e, presta serviços em viagens. Em relação aos serviços prestados em viagens a legislação vigente que regulamenta o trabalho doméstico prevê que:**

(A) a remuneração-hora dos referidos serviços, que será no mínimo 25% superior ao valor do salário-hora normal, poderá ser, mediante acordo, convertida em acréscimo no banco de horas, a ser utilizado a critério do empregado.

(B) os mesmos serão prestados em regime de escala de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso.

(C) os mesmos estarão condicionados à prévia existência de acordo com a entidade sindical representante do trabalhador.

(D) deverão ser consideradas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo possível a compensação de horas extras eventualmente prestadas tendo em vista a peculiaridade do trabalho e o tempo à disposição.

**58. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, EXCETO:**

(A) inflamáveis, explosivos ou energia elétrica.

(B) roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

(C) as atividades de trabalhador em motocicleta.

(D) as atividades de trabalhador em qualquer veículo automotor.

**59. De acordo com a jurisprudência consolidada do C. TST sobre alteração do contrato de trabalho:**

(A) é ilícita a alteração da jornada de trabalho, com o retorno à jornada inicialmente contratada, de servidor público da Administração direta.

(B) empregado que trabalha há cinco anos no período noturno e é transferido pelo empregador para o período diurno terá o adicional noturno incorporado à remuneração, sob pena de restar caracterizada redução salarial e ofensa ao direito adquirido.

(C) havendo diminuição do número de alunos, a redução da carga horária do professor é válida, não caracterizando alteração contratual ilícita, tendo em vista que o valor da hora-aula não sofre redução.

(D) as cláusulas do novo regulamento instituído pela empresa atingem os contratos de trabalho de todos os empregados, não caracterizando alteração contratual ilícita, tendo em vista que decorre do legítimo exercício do poder de direção do empregador.

**60. De acordo com a jurisprudência consolidada do TST sobre “horas *in itinere*”, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) na hipótese de o transporte público ser insuficiente, o empregado terá direito às horas *in itinere*.

(B) as horas *in itinere* remuneradas devem ser consideradas em relação a todo o trecho do trajeto, ainda que haja transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa.

(C) como as horas *in itinere* são computadas na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal deve considerado como extraordinário, incidindo sobre ele o adicional respectivo.

(D) havendo incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular, o empregado terá direito às horas *in itinere*.

**61. O trabalhador Fernando convidou uma testemunha para depor em audiência UNA designada na reclamação trabalhista movida em face da empresa VGF S/A. No corredor do fórum, após o pregão das partes, o reclamante resolveu não ingressar na sala de audiências da Vara do Trabalho porque a sua testemunha não compareceu e a reclamada estava presente com três testemunhas. O representante da reclamada, ao verificar que Fernando saiu, optou também por não ingressar na sala de audiências. Nesse caso, o Juiz:**

(A) deverá marcar nova audiência para que o trabalhador possa trazer suas testemunhas em razão do devido processo legal.

(B) deverá arquivar a ação diante da ausência injustificada do reclamante.

(C) deverá aplicar a revelia e consequente pena de confissão à reclamada ausente.

(D) não deverá arquivar nem aplicar a revelia visto que ausentes ambas as partes, julgando o processo no estado em que se encontra.

**62. Diana, empregada doméstica, ingressou com reclamação trabalhista em face da sua empregadora Elizabeth, de forma verbal, sem a assistência de advogado, postulando o pagamento de férias com 1/3. O pedido foi julgado procedente e a reclamada sucumbente interpôs recurso ordinário. A autora, Diana, foi intimada para apresentar contrarrazões. No caso, conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST,**

(A) apenas por se tratar de reclamação de empregado doméstico as partes podem exercer o *jus postulandi* em todas as fases e instâncias do processo.

(B) a autora não pode exercer o *jus postulandi* para contrarrazoar perante o Tribunal Regional.

(C) nenhuma das partes pode utilizar o *jus postulandi* em fase recursal.

(D) ambas podem exercer o *jus postulandi* para recorrer e contrarrazoar o recurso ordinário perante o Tribunal Regional.

**63. A empresa Mega Super S/A foi condenada em dissídio individual trabalhista em primeira instância, recorreu e seu recurso foi improvido, ficando mantida a sentença. Resolveu recorrer novamente alegando que a decisão do Tribunal Regional do Trabalho deu ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe foi dada pelo Pleno de outro Tribunal Regional do Trabalho. No caso, caberá o recurso:**

(A) de apelação, no prazo de 15 dias.

(B) de embargos ao TST, no prazo de 10 dias.

(C) de revista, no prazo de 8 dias.

(D) ordinário, no prazo de 8 dias.

**64. Em relação à aplicação de normas processuais trabalhistas e cíveis ao processo do trabalho, assinale a opção CORRETA:**

(A) poderá ser aplicado de forma supletiva o direito processual comum, seja qual for a fase processual, bastando apenas que haja omissão da norma processual trabalhista.

(B) será aplicado o Código de Processo Civil para solucionar o caso, exceto nas fases recursal e de execução, pois nessas fases se aplica a Lei de Execuções Fiscais.

(C) a Consolidação das Leis do Trabalho não prevê nenhuma norma específica sobre o tema, cabendo ao magistrado escolher a norma processual que melhor se aplica ao caso.

(D) Aplica-se o Código de Processo Civil, subsidiária e supletivamente, ao Processo do Trabalho, em caso de omissão e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios do Direito Processual do Trabalho.

**65. A Consolidação das Leis do Trabalho destaca um capítulo próprio com regras específicas sobre a execução, segundo as quais:**

(A) A matéria de defesa em embargos à execução ficará restrita às alegações de quitação da dívida exequenda, cabendo apenas prova documental e não há previsão de prova oral em audiência.

(B) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais que são executados na Justiça do Trabalho.

(C) A execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem, nos casos de execução de prestações sucessivas por tempo determinado.

(D) As contribuições sociais devidas em decorrência de sentença condenatória não serão executadas *ex officio* devendo ser instaurado procedimento próprio pelo órgão previdenciário e remessa de carta de execução para a Justiça Federal.

**Direito Tributário**

**66. Em 17/07/2014, a Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado X instituiu por provimento interno, as custas judiciais e os emolumentos cartorários vigentes a partir da data da publicação. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.**

(A) As custas judiciais e os emolumentos cartorários têm natureza jurídica de preço público e, portanto, não estão sujeitos às limitações constitucionais ao poder de tributar.

(B) As custas judiciais e os emolumentos cartorários têm natureza jurídica de taxa de serviço. Sendo assim, o provimento da Corregedoria Geral viola os princípios da legalidade, da anterioridade de exercício e nonagesimal.

(C) As custas judiciais e os emolumentos cartorários têm natureza jurídica de contribuição social. Sendo assim, o provimento da Corregedoria Geral viola os princípios da legalidade, da anterioridade de exercício e nonagesimal.

(D) As custas judiciais e os emolumentos cartorários têm natureza jurídica de taxa de poder de polícia. Sendo assim, o provimento da Corregedoria Geral viola os princípios da legalidade e da anterioridade de exercício.

**67. A Presidência da República, por meio da Portaria 123, de 1º de janeiro de 2016, aprovou novas alíquotas para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentro das balizas fiadas na lei tributária, a saber:**

**Cigarro – alíquota de 100%**

**Vestuário – alíquota de 10%**

**Macarrão – alíquota zero**

**Sobre a hipótese, é possível afirmar que:**

(A) o referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio da legalidade.

(B) o referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio do não confisco.

(C) as alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPI.

(D) as alíquotas são diferenciadas em razão do princípio da seletividade do IPI.

**68. A Cia. de Limpeza do Município do Rio de Janeiro, empresa pública municipal, vendeu um imóvel de sua titularidade situado na Rua Dois, da quadra 23, localizado no n.º 06. Neste caso, o novo proprietário:**

(A) não paga o imposto de transmissão de bens imóveis, em função de ser bem público.

(B) fica isento do imposto predial e territorial urbano, ante a imunidade do patrimônio público.

(C) paga o IPTU, mas não paga o ITBI, uma vez que, nesta última hipótese, quem transmite a propriedade do bem é empresa pública.

(D) fica obrigado a pagar todos os tributos que recaiam sobre o bem.

**69. Lei federal fixou alíquotas aplicáveis ao ITR e estabeleceu que a alíquota relativa aos imóveis rurais situados no Rio de Janeiro seria de 7% e a relativa aos demais Estados do Sudeste de 10%. Tal enunciado normativo viola que princípio constitucional?**

(A) Da uniformidade geográfica da tributação.

(B) Da legalidade tributária.

(C) Da liberdade de tráfego.

(D) Da não diferenciação tributária entre a procedência e o destino do produto.

**70. Caso determinado município venha a atualizar o valor monetário da base de cálculo do IPTU, tal hipótese:**

(A) deve vir regulada por lei.

(B) deve vir regulada por lei complementar.

(C) enquadra-se como majoração de tributo.

(D) poderá ser disciplinada mediante ato administrativo.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |